



**Caderno Administrativo
Conselho Superior da Justiça do Trabalho**



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº4111/2024

Data da disponibilização: Sexta-feira, 29 de Novembro de 2024.

<p>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Conselheiro Aloysio Corrêa da Veiga Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Mauricio Godinho Delgado Vice-Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Luiz Philippe Vieira de Melo Filho Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-3710 (61) 3043-3658</p>
--	--

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato

Ato da Presidência CSJT

ATO CSJT.GP.SG Nº 111, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a interpretação do art. 2º, IV, "b", da Resolução CSJT nº 372/2023, quanto à Meta 2 relativa ao ano 2024.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando os termos do art. 2º, IV, "b", da Resolução CSJT nº 372/2023;

considerando que, a partir de 2024, a Meta 2 foi desdobrada em duas partes (93% dos processos distribuídos até 2022 e 98% dos processos até 2020), mantendo-se fórmulas análogas para as metas;

considerando que apenas a partir da alteração do glossário e publicação do painel de metas do CNJ em agosto de 2024, noticiou-se interpretação diversa do Conselho Nacional de Justiça quanto à segunda parte da meta, no sentido de que os processos julgados nos anos anteriores a 2024 não seriam contabilizados;

considerando que o novo critério de cálculo informado pelo Conselho Nacional de Justiça eleva a quantidade de processos da segunda parte da Meta 2 a serem julgados pelos TRTs até dezembro de 2024, sem o tempo necessário para as respectivas adaptações,

RESOLVE, *ad referendum*:

Art. 1º Para fins da aferição, em 2025, das hipóteses de exercício e acúmulo de funções administrativas e processuais extraordinárias mencionadas no art. 2º, IV, da Resolução CSJT nº 372/2023, o cumprimento integral e cumulativo, pelos(as) magistrados(as) de primeiro e segundo graus, das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça relativas ao ano 2024 considerará, quanto à alínea "b", apenas a primeira parte da Meta 2 (julgar 93% dos processos distribuídos até o ano de 2022).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

**Ministro ALOYSIO CORREA DA VEIGA
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**